

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
(Processo Administrativo nº 2024/04/6189)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Pães, Carnes e Hortifrutigranjeiros**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ID	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTD.	VL UN	VL TOTAL	QTDDE LC 123	VALOR LC 123
1	Pão Francês - Pão, tipo francês, com aproximadamente 50g. Ingredientes utilizados na preparação e na fermentação do pão tipo francês padrão do Brasil. Acondicionados em sacos plásticos transparentes, atóxicos, fechados e em perfeitas condições de higiene. Nos rótulos das embalagens deverão estar impressos, de forma clara e indelével, as seguintes informações: a) Identificação do produto e marca; b) Nome e endereço do fabricante; c) Data de fabricação; d) Data de validade ou prazo máximo para consumo; e) Peso líquido; f) Informações nutricionais; g) Especificação da composição. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega						AMPLA CC	R\$ 420.000,00
							420.000	
2		460380	UND	500000	R\$ 1,00	500.000,00	ME E EPP	R\$ 80.000,00
							80.000	
3	Pão Tipo Hot Dog – Produzido a partir de matérias-primas sãs e limpas, isento de matéria terrosa, parasitas e detritos animais e vegetais, sem adição de farelos e corantes de qualquer natureza. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, fermento biológico, açúcar e demais ingredientes, desde que permitidos por legislação	460386	PCT	25.000	R\$ 10,00	R\$ 250.000,00	AMPLA CC	R\$ 187.500,00
							18.750	



4	e que não descaracterizem o produto, os quais deverão ser declarados. Sem gordura trans. Deverá estar de acordo com Resolução/CD/FNDE nº 6 de 2020, RDC nº344/2022, RDC nº 259/2002, RDC nº 360/2003 e RDC nº 26/2015 da ANVISA/MS e alterações posteriores. O produto deverá ser ISENTO de leite de vaca, devendo ser adequado aos alérgicos e intolerantes a este componente. Aspecto próprio de massa cozida, bem assada, miolo poroso, leve e homogêneo, sem recheio e sem cobertura. Formato alongado. Cor, sabor e cheiro próprios. Livre de mofo. Não deverá apresentar grumos duros, pontos negros, pardos ou avermelhados. Cada unidade deverá pesar entre 30 e 40g e medir entre 10 e 12cm de comprimento e de 5 a 6cm de largura. Rotulagem conforme legislação vigente. Validade mínima de 03 dias a partir da data de entrega na unidade. Acondicionados em embalagem primária de saco plástico, atóxico, transparente, lacrado, termossoldado e resistente. Contendo 10 unidades em cada pacote.						ME E EPP	R\$ 62.500,00
							6.250	
5	Pão de Milho - Peso de 40g cada unidade, preparado a partir de matéria prima de 1ª qualidade, fresco e isento de sujidades e/ou corpo estranho. Ingredientes: farinha/fubá de milho, farinha de trigo, gordura, cloreto de sódio. Será	469443	PCT	25.000	R\$ 13,50	R\$ 337.500,00	AMPLA CC	R\$ 257.512,50
							19.075	



6	rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, ou presença de fungos. Não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Rotulagem conforme legislação vigente. Validade mínima de 03 dias a partir da data de entrega na unidade. Acondicionados em embalagem primária de saco plástico, atóxico, transparente, lacrado, termossoldado e resistente. Contendo 10 unidades em cada pacote.						ME E EPP	R\$ 79.987,50
							5.925	
7	Biscoito Salgado Caseiro - Tipo palito, bandeja de 500g, rótulo deve conter os ingredientes e prazo de validade. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, margarina vegetal, fermento, queijo parmesão e sal. Embalagem 500g. Biscoito salgado em formato de palitos finos de aproximadamente 15cm de comprimento. Embalagem com 500g de polipropileno resistente, com o centro transparente, que permita visualizar o produto, íntegra, sem sinais de violação, contendo informações nutricionais, data de fabricação, data de validade, número do lote e peso do produto. Validade mínima de 15 dias a partir da data de entrega na unidade.						AMPLA CC	R\$ 112.125,00
3.750								
8							389186	PCT
						1.250		
9	Pão Francês Integral - Pão tipo francês integral com 50g. Composição básica: feito com farinha integral e a composição básica do pão francês padrão Brasil.	465540	UND	2.000	R\$ 1,50	R\$ 3.000,00	EXCLUSIVO ME E EPP	



	Acondicionado em sacos plásticos transparentes, atóxicos, fechados em perfeitas condições de higiene. O fornecedor deverá garantir validade do produto no prazo mínimo de 08 horas após a entrega na Unidade. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega.						
10	Abóbora Madura: livre de enfermidades e sem danos mecânicos oriundos do manuseio do transporte.	463746	KG	5.000	R\$ 3,62	R\$ 18.100,00	EXCLUSIVO ME E EPP
11	Abobrinha Verde: com polpa firme e intacta, casca brilhante uniforme e limpa.	463749	KG	5.000	R\$ 3,98	R\$ 19.900,00	EXCLUSIVO ME E EPP
12	Aipim: firme, sem defeitos sérios, apresentando tamanho e conformação uniformes, devendo ser bem desenvolvida.	463795	KG	7.500	R\$ 4,58	R\$ 34.350,00	EXCLUSIVO ME E EPP
13	Alface Verde: Fresca, tamanho médio e coloração verde e uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	463830	KG	4.000	R\$ 3,44	R\$ 13.760,00	EXCLUSIVO ME E EPP
14	Alface Roxa: Fresca, tamanho médio e coloração roxa e uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	463836	KG	4.000	R\$ 3,33	R\$ 13.320,00	EXCLUSIVO ME E EPP
15	Alho branco: grão nº 6, do tipo comum, fisiologicamente desenvolvido com bulbos curados, sem	463938	KG	4.000	R\$ 20,00	R\$ 80.000,00	EXCLUSIVO ME E EPP



	chocamento, danos mecânicos ou causados por pragas, acondicionado em embalagem apropriada. O produto deverá apresentar data de validade de 45 dias a partir da data de entrega na Unidade.							
16	Banana Prata: de 1ª. qualidade, graúdas, em penca, frutos com 60 a 70% de maturação climatizada, com casca uniformes no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho.	464449	KG	37.000	R\$ 6,39	R\$ 236.430,00	AMPLA CC	R\$ 177.322,50
							27.750	
17							ME E EPP	R\$ 59.107,50
							9.250	
18	Batata Doce: rosada sem danos mecânicos oriundos do manuseio do transporte.	463753	KG	5.500	R\$ 4,90	R\$ 26.950,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
19	Batata Inglesa: lisa, média ou graúda, firme, sem defeitos sérios, apresentando tamanho e conformação uniformes.	463754	KG	33.000	R\$ 3,79	R\$ 125.070,00	AMPLA CC	R\$ 93.802,50
							24.750	
20							ME E EPP	R\$ 31.267,50
							8.250	
21	Berinjela: Tamanho médio e coloração uniforme, firme e intacta sem lesões físicas ou mecânicas (rachaduras, perfurações, cortes) sem sujidades, parasitas e larvas.	463764	KG	800	R\$ 5,50	R\$ 4.400,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
22	Beterraba: uniforme, de casca lisa, fresca, firme, sem rachaduras ou manchas.	463767	KG	4.500	R\$ 4,10	R\$ 18.450,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
23	Brócolis: de 1ª qualidade, colheita recente, fresco, em estágio de amadurecimento adequado para consumo. Coloração totalmente verde. Sem sujeiras, parasitas, larvas e defeitos que possam alterar sua aparência. Isento de enfermidades e danos físicos oriundos do manuseio e transporte	463837	KG	3.000	R\$ 14,07	R\$ 42.210,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
24	Cebola: Secas, limpas, graúdas, sadias, boa qualidade e	463781	KG	5.000	R\$ 4,29	R\$ 21.450,00	EXCLUSIVO ME E EPP	



	apresentação. Sem vestígios de pragas, insetos e roedores. Casca e polpa íntegras. Textura, cor, odor e sabor característicos.						
25	Cenoura: de 1ª qualidade, média ou graúda, casca e polpa íntegras, sem broto na superfície; rugosidade característica, cor laranja, sem manchas de cores diferentes, sem perfurações, rachaduras ou quebras; sem sujidades, bolores ou vestígios de pragas. Sem sinais de deterioração de qualquer espécie.	463770	KG	4.000	R\$ 4,15	R\$ 16.600,00	EXCLUSIVO ME E EPP
26	Cheiro verde: de primeira qualidade, em maços de no mínimo 100g	615267	KG	2.000	R\$ 19,67	R\$ 39.340,00	EXCLUSIVO ME E EPP
27	Chicória: fresca, constituídas de folhas verdes, sem traços de descoloração, intactas, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes.	463821	KG	3.000	R\$ 7,45	R\$ 22.350,00	EXCLUSIVO ME E EPP
28	Chuchu: verde, tamanho médio, com coloração uniforme, sem manchas ou rachaduras na casca, firme, sem perfurações e cortes.	463778	KG	6.500	R\$ 3,77	R\$ 24.505,00	EXCLUSIVO ME E EPP
29	Couve Manteiga: fresca, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, molho de no mínimo 6 folhas (300 g)	463822	KG	4.000	R\$ 12,72	R\$ 50.880,00	EXCLUSIVO ME E EPP
30	Couve flor: fresca, graúda, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físico e mecânicos oriundo do manuseio e transporte.	463831	KG	4.500	R\$ 10,48	R\$ 47.160,00	EXCLUSIVO ME E EPP
31	Ervas para tempero: alecrim, sálvia, tomilho, manjerição e louro in natura, tenro, viçoso, primeira qualidade, textura e consistência de	444503	UND	6.000	R\$ 6,34	R\$ 38.040,00	EXCLUSIVO ME E EPP



	vegetal fresco, deverão apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Isentas de insetos e enfermidades e de danos por eles provocados, estarem livres de folhas externa sujas de terra aderente e isentas de umidade externa anormal, cor e sabor estranhos. Maço de do mínimo 100 gramas.							
32	Espinafre: fresco, constituído de folhas verde escuro, sem traços de descoloração. Em maços de no mínimo 450g	463824	KG	2.000	R\$ 6,83	R\$ 13.660,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
33	Inhame: uniforme, firme, sem rachaduras ou manchas, isento de umidade externa anormal.	463789	KG	6.500	R\$ 8,22	R\$ 53.430,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
34	Laranja Pêra: fresca, grande, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas. Tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem perfurações ou cortes.	464393	KG	35.000	R\$ 3,19	R\$ 111.650,00	AMPLA CC	R\$ 83.737,50
							26.250	
35							ME E EPP	R\$ 27.915,50
							8.750	
36	Maçã Gala Nacional: Média, apresentando cor e conformação uniformes, medindo aproximadamente do nº 165 a 189, devendo apresentar casca lisa, de cor acentuada e brilhante, sem partes verdes, bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	464400	KG	54.000	R\$ 7,37	R\$ 397.980,00	AMPLA CC	R\$ 317.986,02
							43.146	
37							ME E EPP	R\$ 79.993,98
							10.854	
38	Mamão Formosa: em grau médio de amadurecimento, tamanho médio, livre de parasitas e larvas, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio do transporte.	464405	KG	20.000	R\$ 5,35	R\$ 107.000,00	AMPLA CC	R\$ 80.250,00
							15.000	
39							ME E EPP	R\$ 26.750,00
							5.000	



40	Melancia vermelha: de 1ª qualidade - devem ser frescas, apresentarem grau de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não devem estar golpeadas ou danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetem a sua aparência. A polpa deve se apresentar intacta e firme. Devem estar livres de resíduos de fertilizantes, substancias terrosas e sujidades. Devem estar isentos de umidade externa anormal.	464418	KG	25.000	R\$ 3,10	R\$ 77.500,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
41	Mostarda: de 1ª qualidade, fresca, com folhas de tamanho médio, folhas verdes, sem traços de descoloração. Em maços de no mínimo 450g	463825	KG	1.500	R\$ 18,50	R\$ 27.750,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
42	Ovos de galinha: Extra, tipo A, branco ou vermelho, fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).	463796	DZ	16.000	R\$ 8,12	R\$ 129.920,00	AMPLA CC	R\$ 97.440,00
12.000								
43							ME E EPP	R\$ 32.480,00
4.000								
44	Pepino: liso, fresco, firme, tamanho e coloração uniforme, livre de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio ou transporte	463796	KG	3.500	R\$ 3,67	R\$ 12.845,00	EXCLUSIVO ME E EPP	



45	Repolho: liso, fresco, apresentando tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos, firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos de acondicionamento e transporte.	463839	KG	6.500	R\$ 4,40	R\$ 28.600,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
46	Repolho roxo: liso, fresco, apresentando tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos, firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos de acondicionamento e transporte.	463829	KG	6.500	R\$ 6,18	R\$ 40.170,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
47	Tangerina: Fresca, média, livre de resíduos fertilizantes, frutos de forma achatada com cinco a oito sementes, casca de cor alaranjada forte, espessura média e vesículas de óleo salientes. Com polpa de cor alaranjada e textura frouxa.	464436	KG	15.000	R\$ 5,83	R\$ 87.450,00	AMPLA CC	R\$ 65.587,50
48							ME E EPP	R\$ 21.862,50
49	Tomate: Salada, graúdo, grau médio de amadurecimento, bem formado, livre de defeitos, tamanho e coloração uniformes, sem lesões físicas ou mecânicas, sem perfurações ou cortes, com polpa firme e intacta, isento de resíduos de substâncias nocivas à saúde.	463804	KG	16.000	R\$ 6,10	R\$ 97.600,00	AMPLA CC	R\$ 73.200,00
50							ME E EPP	R\$ 24.400,00
51	Vagem: tipo extra AA, tamanho e coloração uniforme, livre de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio ou transporte	463807	KG	4.000	R\$ 10,17	R\$ 40.680,00	EXCLUSIVO ME E EPP	
52	Carne bovina em cubos Acém: com cor	476495	KG	20.000	R\$ 26,00	R\$ 520.000,00	AMPLA CC	R\$ 440.024,00



	avermelhada, cheiro característico do produto, sem osso e com o máximo de 10% de gordura. O produto deverá ser acondicionado a vácuo, congelado, em sacos plásticos limpos, transparentes, atóxicos, resistentes, não violados, contendo 02 quilos, a embalagem deverá conter externamente data de validade, quantidade do produto e número de registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF ou SIE. Com data de validade mínima de 40 dias a partir da data da entrega na Unidade O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						16.924	
53							ME E EPP	
							3.076	R\$ 79.976,00
54	Carne bovina em cubos Pá: com cor avermelhada, cheiro característico do produto, sem osso e com o máximo de 10% de gordura. O produto deverá ser acondicionado a vácuo, congelado, em sacos plásticos limpos, transparentes, atóxicos, resistentes, não violados, contendo 02 quilos, a embalagem deverá conter externamente data	449723	KG	20.000	R\$ 27,25	R\$ 545.000,00	AMPLA CC	
							17.065	R\$ 465.021,25
55							ME E EPP	R\$ 79.978,75



	de validade, quantidade do produto e número de registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF ou SIE. Com data de validade mínima de 40 dias a partir da data da entrega na Unidade O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						2.935	
56	Carne bovina moída Acém: com cor avermelhada, cheiro característico do produto e com presença de no máximo 10% de gordura. O produto deverá ser acondicionado congelado, a vácuo, em sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes, não violados, contendo 01 (um) quilo, conforme Portaria da SDA nº664 de 30/09/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A embalagem deverá conter externamente data de validade, quantidade do produto e número de registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do	451059	KG	20.000	R\$ 23,00	R\$ 460.000,00	AMPLA CC 16.522	R\$ 380.006,00
57							ME E EPP	R\$ 79.994,00



	SIF ou SIE. Com data de validade mínima de 40 dias a partir da data da entrega na Unidade O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						3.478	
58	Carne bovina moída Pá: com cor avermelhada, cheiro característico do produto e com presença de no máximo 10% de gordura. O produto deverá ser acondicionado congelado, a vácuo, em sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes, não violados, contendo 01 (um) quilo, conforme Portaria da SDA nº664 de 30/09/2022 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A embalagem deverá conter externamente data de validade, quantidade do produto e número de registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF ou SIE. Com data de validade mínima de 40 dias a partir da data da entrega na Unidade. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema	447393	KG	20.000	R\$ 22,90	R\$ 458.000,00	AMPLA CC	R\$ 378.010,30
59							ME E EPP	R\$ 79.989,70
							16.507	
							3.493	



	Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).							
60	Fígado Bovino: peça de 02 quilos, limpo, livre de aparas, com aspecto firme e cor vermelho escuro. Acondicionado congelado, em sacos plásticos transparentes, atóxicos, limpos, não violados e resistentes, contendo a data de validade no pacote, número de registro no ministério da agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF ou SIE. O produto deverá apresentar validade mínima de 40 dias a partir da data de entrega na Unidade O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						AMPLA CC	R\$ 71.250,00
							7.500	
61		447484	KG	10.000	R\$ 9,50	R\$ 95.000,00	ME E EPP	R\$ 23.750,00
62	Músculo Bovino: sem osso, com no máximo 10% de gordura, congelado, na cor vermelho vivo. Acondicionado em sacos plásticos transparentes, atóxicos, resistentes, não violados, contendo 02 quilos, etiquetados. A embalagem deverá conter externamente os	454336	KG	18.000	R\$ 22,00	R\$ 396.000,00	AMPLA CC	R\$ 316.008,00
63							ME E EPP	



	dados de identificação, procedência, data de validade, número de registro no Ministério da Agricultura e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 40 dias a partir da data de entrega na Unidade. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						3.636	
64	Posta de Cação congelado: Em postas, branco, congelado, sem pele, sem espinhas, sem adição de água, embalados em camadas separadas por filmes plásticos transparentes e atóxicos, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A variação do peso após descongelamento pode ser de até 10%. A embalagem deverá conter até 2KG, dados do fabricante, data da fabricação e data da validade. Deverá apresentar validade de no mínimo de 60 dias a partir da data de entrega na Unidade. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à						AMPLA CC	
							6.000	R\$ 194.520,00
65		448892	KG	8.000	R\$ 32,42	R\$ 259.360,00	ME E EPP	
							2.000	R\$ 64.840,00



	Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).							
66	Charque bovino dianteiro: coloração vermelho vivo, odor característico. Isento de vestígios de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas ou qualquer outra substância que não seja característico. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Unidade.						AMPLA CC	
							5.250	R\$ 136.237,50
67	Charque bovino dianteiro: coloração vermelho vivo, odor característico. Isento de vestígios de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas ou qualquer outra substância que não seja característico. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Unidade. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).	476867	KG	7.000	R\$ 25,95	R\$ 181.650,00	ME E EPP	
							1.750	R\$ 45.412,50
68	Sobrecoxa de frango: desossada, in natura,	451063	KG	20.000	R\$ 10,88	R\$ 217.600,00	AMPLA CC	R\$ 163.200,00



	congelada. Apresentar consistência firme não amolecida, odor e cor característicos, cor amarelo-rosado. Não deve apresentar formações de cristais de gelo, penas e penugens, perfurações, coágulos e queimaduras por congelamento. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico resistente, com rotulagem constando dados como identificação do produto, marca do fabricante, número do serviço de inspeção sanitária do estabelecimento produtor, lote, data de validade, peso líquido da embalagem e do produto. As embalagens deverão estar devidamente rotuladas conforme legislação vigente. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						15.000	
69							ME E EPP	
							5.000	R\$ 54.400,00
70	Peito de Frango: sem osso, limpo, magro, congelado, não temperado, proveniente de aves sadias abatidas sob inspeção veterinária e cor amarelo rosado. Isento de vestígios de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas ou qualquer outra substância que não seja característico do frango.	447581	KG	60.000	R\$ 15,75	R\$ 945.000,00	AMPLA CC	
							54.921	R\$ 865.005,75

71	Acondicionado em embalagem plástica transparente, não violada e resistente. Contendo a data de validade, quantidade do produto e selo do órgão competente. Peso líquido de 1kg. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).						ME E EPP	R\$ 79.994,25
							5.079	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por atenderem a, no mínimo, um dos critérios estabelecidos no art. 2º, III, do Decreto Municipal 2.412/2022, **in verbis**:

“III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

a) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;

b) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irreversível ou com perda de sua identidade;

c) perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

d) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou

e) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem;”

1.3. Das definições do objeto relacionado aos bens dispostos no presente Termo de Referência:

1.3.1. Durabilidade: Inferior a 02 anos;

1.3.2. Fragilidade: Facilmente deformável;

1.3.3. Perecibilidade: São bens perecíveis, sujeitos a modificações químicos ou físicas que levam a deterioração ou à perda;

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 2.412/2022.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos foi realizada com base no histórico de consumo, pela projeção de alunos matriculados na rede e a definição de quantidade média de refeições ofertadas nas escolas municipais.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme **Identificador de Contratação Futura nº 985873-7/2025**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto e especificação dos produtos, perpassa pela adoção de soluções anteriormente utilizadas pela Administração Pública Municipal, bem como critérios de melhores práticas para as compras públicas.

3.2. A contratação visa atender a aproximadamente 6000 estudantes da rede pública municipal de ensino, ofertando uma alimentação saudável e em quantidade suficiente, com o objetivo de garantir o cumprimento do disposto no art 3º da Resolução nº 06/2020 FNDE, acerca do dever do Estado quanto à promoção de alimentação escolar para os alunos da Educação Básica Pública.

Segmentos Escolares

3.3. Os seguimentos escolares de ensino são:

- 3.3.1. Creche de 06 meses a 2 anos e 11 meses;
- 3.3.2. Educação Infantil;
- 3.3.3. Fundamental 1;
- 3.3.4. Fundamental 2;
- 3.3.5. EJA.

Refeições Ofertadas

3.4. As refeições ofertadas na rede, de acordo com cada período de estudo são compostas por:

- 3.4.1. Desjejum;
- 3.4.2. Colação;
- 3.4.3. Almoço;
- 3.4.4. Sobremesa;
- 3.4.5. Lanche;
- 3.4.6. Jantar;
- 3.4.7. Sobremesa.

3.5. O valor nutricional mínimo que será ofertado é delimitado por meio de regras impostas pelo PNAE, onde o profissional calcula os valores nutricionais mínimos a serem ofertados com base na idade cronológica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Promover o desenvolvimento econômico para as ME e EPPs, conforme LC 123/06, Art. 48;
- 4.1.2. Inclusão Social;
- 4.1.3. Para os produtos de origem animal, o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#). Apesar da garantia contratual ter como finalidade assegurar a plena execução da contratação e evitar prejuízos ao erário, este órgão se utilizando de sua discricionariedade, não exigirá garantia de execução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens respeitará os prazos e condições dispostos a seguir:

ID	OBJETO	PRAZO DE ENTREGA
1	Pães	Entrega diária. Realizada após a ordem de entrega dos bens, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e Ciência.
2	Hortifrutigranjeiros	Entrega semanal. Realizada após a ordem de entrega dos bens, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e Ciência.
3	Carnes	Entrega mensal. Realizada após a ordem de entrega dos bens, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e Ciência.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **24 horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ID	LOCAIS DE ENTREGA	ENDEREÇO
1	C.M. Consuelo Rios Castilho de Souza	R. Antônio César de Oliveira, S/Nº- Bela Vista
2	C.M. Deolinda Pantolla de Carvalho	Av.Bento Gonçalves Pereira, 836 - Palhas
3	C.M. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Est.Pref. Antônio da Cruz Barros,457- Eldorado
4	C.M. Prof.ª Mª de Assis Capella	Av. Bento Gonçalves Pereira, 480 - Palhas
5	C.M. Olga Benário Prestes	R. Eva Isaura Barbosa, 45 – Liberdade

6	C.M. Roque Rodrigues dos Santos	R. Hortência, 196- Werneck
7	C.M.Ver. Alexandre G. Ferreira Filho	Av. Irmãos Spino, 950- CerâmicaD'Ângelo
8	C.M. Walter Vizeu Barbosa	R. Pedro Paulo Lacerda, S/Nº- Liberdade
9	C.M. Wilson Barros Onofre	Av. Deocleciano Alves de Souza, 70 - V. Salutaris
10	E.M. Albino Antônio de Barros	R. Leonor de Souza Barros, 60- Limoeiro
11	E.M. Andrade Figueira	R. Dr. Alexandre Abrahão,87 – Centro
12	E.M. Arcanjo Antonino Lopes	Est.Vieira Cortez,780- Santa Josefa
13	E.M. Ciep Haroldo Machado de Barros	Av. Randolpho Penna, 840 - Jatobá
14	E.M. Condessa do Rio Novo	Av. Provedor Randolpho Penna Jr, S/Nº - Centro
15	E.M. Francisco Pereira Paredes	Sertão do Calixto, 6077- Sertão do Calixto
16	E.M. Horácio de Mello	Estrada RJ 131, 180 - Cavarú
17	E.M. Irmã Montedônio	Av. Venezuela, 346- Parque Morone
18	E.M. Jornalista Sergio Cabral	Av. Deocleciano Alves de Souza, 70 - V. Salutaris
19	E.M. Nicolau Visconti	Estrada do Inema, 2731- Inema
20	E.M. Norberto Leal	Estrada Sardoal, 3390- Sardoal
21	E.M. Paulo Lacerda	Av. Pedro Paulo Lacerda,602 - Liberdade
22	E. M. Prof. Rocha Werneck	Estrada 393 KM 103 – Vieira Cortez
23	E. M. Prof. Manuel G. d'Ascensão	R. Benjamin Constant, 139 - Centro
24	E.M. Prof. Marly Madeira Soares	R. José Rodrigues da Silva, 96- Werneck
25	E.M. Prof. Sarah Faria Braz	R. Domingos de Aguiar, 200 - Barão de Angra
26	E.M. Prof. Melchor Del Blanco	R. Prof. José Gonçalves P. Resende, 1109- Eldorado
27	E.M. Vereador Ademir José da Silva	Est. Joaquim José da Silva Xavier 1077- Marrecas
28	E.M. Antônio Ignácio Coelho	R. Prof. Miguel Pereira, S/Nº - Inconfidência
29	CAEEM – Centro de Atendimento Educacional	Av. Deocleciano Alves de Souza, S/Nº - Santo Antônio

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias

para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **02 (dois) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez)** dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou

creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com uso do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.437.110,00 (sete milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, cento e dez reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Paraíba do Sul.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa
08	500 – Recursos não vinc. de Impostos	09.01.12.361.0020.2.006	3.3.90.30
	552 - PNAE		
	500 – Recursos não vinc. de Impostos	09.01.12.365.0021.2.098	
	552 - PNAE		
	500 – Recursos não vinc. de Impostos	09.01.12.365.0021.2.005	
	552 – PNAE		
	500 – Recursos não vinc. de Impostos	09.01.12.361.0044.2.164	
	552 – PNAE		
	500 – Recursos não vinc. de Impostos	09.01.12.367.0030.2.047	
	552 - PNAE		

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paraíba do Sul, 02 de dezembro de 2024.

MARIÂNGELA BRICK SANTOS
Secretária Municipal de Educação e Ciência